

Id:0047DFCEA6D020BF


 ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVEIRA-PI
 CNPJ: 41.522.319/0001-64


EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA DE Nº 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2023

O MUNICÍPIO DE CANAVEIRA-PI, com sede na Rua São Pedro, S/N, Centro, Canaveira - PI, inscrita no CNPJ sob o nº 41.522.319/0001-64, torna público para conhecimento dos interessados em geral, por meio do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA com a finalidade de proceder ao CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS INTERESSADAS EM PRESTAREM SERVIÇOS DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICOLOGO para a Secretaria de Educação do Município de Canaveira, nos termos e condições estabelecidas no edital, cujo procedimento será conduzido pela Comissão Permanente de Licitação, observadas as disposições contidas no Art. 25 da Lei nº 8.666/93, observando-se em todos os casos o cumprimento dos requisitos prévios estabelecidos nesse chamamento, conforme regispredefinidas abaixo.

1. DO OBJETO, DO PRAZO DE CREDENCIAMENTO E PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO.

1.1 A PRESENTE CHAMADA PÚBLICA TEM POR OBJETO CONVOCAR TODOS OS INTERESSADOS EM PRESTAREM SERVIÇOS DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICOLOGO, para Secretaria de Educação do Município de Canaveira, conforme nos termos e condições estabelecidas no edital.

1.2 Do presente credenciamento decorrem contratos administrativos de prestação de serviços, celebrados diretamente com pessoas físicas, por inexistência de licitação, nos quais se observam a temporariedade do vínculo obrigacional, segundo a duração prevista no contrato, e a autonomia do prestador dos serviços em face do contratante. Desse modo, a contratação decorrente de credenciamento configura contrato administrativo ordinário e recebe a disciplina da Lei nº 8.666/93, não configurando qualquer relação trabalhista ou estatutária.

1.2.1 O contrato administrativo de prestação de serviços, decorrente de credenciamento, celebrado e executado conforme a Lei nº 8.666/93, prescinde da existência de cargo ou emprego, não caracteriza relação de emprego com o contratante, não se confunde com a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no art. 37, IX, da Constituição Federal, tampouco configura uma violação à regra do concurso público. Com efeito, em sede de contratos decorrentes de credenciamento firmados com profissionais autônomos, pessoas físicas, celebrados e executados conforme a Lei nº 8.666/93, não há que se falar em pagamento de verbas trabalhistas ou quaisquer verbas alheias àquelas previstas como remuneração nos contratos.

1.2.2 A própria Lei Federal nº 8.036/90 exclui os prestadores autônomos do conceito de trabalhador, o que desobriga, nesses casos, a Administração Pública, empregador, nos termos da citada lei, de efetuar os depósitos no FGTS relativos ao contratado.

1.2.3 É importante ressaltar que os direitos sociais previstos no art. 7º da CF não se estendem a contratos de prestação de serviços mediante credenciamento, mas apenas a empregados públicos, aos ocupantes de cargos públicos, de modo expresso no art. 39, § 3º, da CF, e aos servidores temporários contratados com amparo no art. 37, IX, da CF, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF.

1.3 Nos termos do Art. 120 da Instrução Normativa 971/2009, a contratante fica dispensada de efetuar a retenção de valores destinados a contribuição previdenciária, e a contratada, de registrar o destaque da retenção na nota fiscal, na fatura ou no recibo, quando a contratação envolver somente serviços profissionais relativos ao exercício de profissão regulamentada por legislação federal, desde que prestados pessoalmente pelos sócios, sem o concurso de empregados ou de outros contribuintes individuais ou consignará o fato na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços.

2. DO CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.

2.1 O Município de Canaveira/ Piauí atualmente carece de profissionais para atendimento às necessidades da secretaria municipal de Educação.

2.2 A Lei Orçamentária anual vigente, bem como a LDO e LOA previu em seus dispositivos autorização legal específica para contratação dos serviços de terceiros, reconhecendo e abrindo assim, as necessidades da administração pela contratação dos serviços.

2.3 A formalização do processo de credenciamento para contratação de serviços de terceiros pessoas (profissionais especializados), além de conter autorização legislativa e orçamentária se mostra a mais viável e célere nesse momento para que não haja a interrupção do serviço aos alunos da rede municipal de ensino.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Não poderão participar do credenciamento aqueles que se enquadram em quaisquer dos impedimentos legais ou que não preencherem todos os requisitos previstos nesse edital.

3.2 Os interessados poderão apresentar todos os documentos exigidos, para o credenciamento, na Prefeitura Municipal de Canaveira, a partir do dia 08 de fevereiro de 2023, no horário das 08h00min às 13h00min, permanecendo aberto para novos interessados, pelo período de 12 meses.

3.2.1 Para fins de contratação dos interessados credenciados será observado a Ordem Cronológica de apresentação dos pedidos de credenciamento junto ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Canaveira no endereço: Rua São Pedro, S/N, Centro – Canaveira/PI.

3.2.1.1 Caso a documentação apresentada pelo interessado apresente restrição, esteja incompleta ou em desconformidade com as exigências do edital, será levado em consideração para efeito de observar a ordem cronológica o último protocolo de saneamento da falha.

3.2.1.2 As ocorrências acerca da documentação analisada serão sempre registradas em ata que deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, servindo a publicação como meio de notificação do interessado do interessado em conformidade com o que dispõe o Art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93.

3.2.1.3 Da decisão da Comissão Permanente de Licitação poderá ser manejado Recurso Administrativo que será processado na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

3.3 Uma vez apresentado o pedido de credenciamento, a Comissão Permanente de Licitação deverá analisar a documentação apresentada, caso esteja em ordem, deverá registrar em ata e proceder ao Credenciamento do interessado através da publicação. Uma vez cumprido aos requisitos de habilitação exigidos a autoridade competente expedirá Termo de Ratificação.

3.4 Depois de Ratificado a autoridade competente formalizará instrumento contratual observando, em todos os casos as regras fixadas nesse instrumento.

3.5 Considerando a necessidade permanente de assegurar a regular oferta dos serviços à população, aliada a ausência de vínculo trabalhista entre o credenciado contratado e a administração, o presente credenciamento permanecerá com inscrições abertas pelo prazo de 12 (doze) meses, de modo que, durante esse período qualquer interessado poderá requerer credenciamento junto ao Município, figurando assim na lista de espera para contratação.

3.6 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PESSOA FÍSICA:

I – DOCUMENTOS PESSOAIS E REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO:

- Requerimento com pedido de Credenciamento;
- Cópia da Carteira de Identidade;
- Comprovante de inscrição no CPF;
- Comprovante ou declaração de endereço.

II DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- Certidão negativa de Débitos Municipais expedido pelo Município contratante atestando a inexistência de débitos fiscais ou inscritos em dívida ativa em nome do credenciado;
- Certidão negativa de Débitos relativos a Créditos tributários FEDERAIS ou inscritos na Dívida Ativa da União;
- Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos Termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

III – DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO:

- Cópia do Diploma de Graduação expedido em conformidade com a legislação nacional;
- Comprovante de Inscrição perante o Conselho Regional competente da área, quando for o caso.
- Declaração assinada pelo credenciado atestando que tomou conhecimento de todas as regras e condições fixadas nesse edital, inclusive as relacionadas a natureza jurídica da contratação, forma, prazo e condições de execução do objeto, bem como a forma de pagamento pelos serviços executados.

IV – DECLARAÇÕES PARA COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- DECLARAÇÃO, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal, que não tenha sido punido com quaisquer das sanções vigentes relativas a suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; suspensão temporária, determinada por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, da participação em chantamento público e impedimento de celebrar convênio, instrumento congêneres, parceria ou contrato com estes, por prazo não superior a dois anos; declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar convênio, instrumento congêneres, parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o conveniente ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

4. DO PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS PEDIDOS DE HABILITAÇÃO

4.1 No momento da apresentação do pedido de credenciamento o interessado deverá apresentar toda documentação exigida, a qual será analisada pela Comissão Permanente de Licitação.

4.2 A apresentação de documentação incompleta, ilegível ou que inviabilize a análise dos requisitos exigidos no edital será registrada em ata que deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios.

4.3 Para fins de apuração da ordem cronológica de pedido de credenciamento serão considerados apenas, os requerimentos instruídos com toda documentação exigida no edital, de modo que a apresentação de documentação incompleta ou inadequada para fins de análise pela Comissão não constitui direito ao credenciamento do interessado.

4.4 Os documentos que não forem emitidos pela internet deverão ser entregues em cópia autenticada ou cópias acompanhadas das originais para atesto da Comissão.

4.5 Durante o prazo de vigência do credenciamento qualquer interessado poderá solicitar credenciamento de modo que a efetiva prestação de serviço ficará condicionada a necessidade da administração.

5. DOS PEDIDOS DE RECURSOS

5.1 Da análise preliminar do pedido de credenciamento julgada pela Comissão é cabível recurso direcionado à autoridade ordenadora de despesa a ser contratado, no prazo comum contado da publicação do resultado, devendo o interessado apresentar as razões no protocolo da Prefeitura Municipal de Canaveira no endereço: Rua São Pedro, S/N, Centro – Canaveira, estado do Piauí.

5.2 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente, as razões recursais e o pedido de reforma.

5.3 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, a autoridade competente procederá a ratificação, todavia, para fins de apuração de LISTA DE ESPERA para contratação serão observados os pedidos que cumpriam em todo caso os requisitos de habilitação para fins de organização de ordem cronológica de credenciados.

6. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

6.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação ao pedido de credenciamento apresentado no mesmo dia, será considerado para fins de ordem cronológica de contratação o candidato que:

- Apresentar idade mais avançada.
- Mais tempo de experiência profissional.
- Persistindo o empate será realizado sorteio em ato público.
- O sorteio ocorrerá em local e horário previamente definido pela Comissão, na presença dos candidatos interessados, os quais serão convocados por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.
- A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e registrada em ata pela Comissão.

7. DIVULGAÇÃO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRA-PI
CNPJ: 41.522.319/0001-64



- 7.1 Sempre que a Comissão Permanente de Licitação se reunir para análise dos pedidos de Credenciamento serão registrados em ata as deliberações, a qual será publicada no Diário Oficial dos Municípios.
- 7.2 Analisados os pedidos de credenciamento a Comissão encaminhará a autoridade competente para fins de RATIFICAÇÃO e contratação de acordo com as necessidades da administração.
- 7.3 Ratificada o credenciamento pela autoridade competente poderá ser formalizado contrato ou instrumento similar conforme autorizado no Art. 62 da Lei nº 8.666/93.

8. DAS RESPONSABILIDADES DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS E DOS HONORÁRIOS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 8.1 Os serviços dos profissionais credenciados neste edital englobam:
- 8.1.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS SEGUINTE ÁREAS CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS INTERESSADAS EM PRESTAREM SERVIÇOS ASSISTENTE SOCIAL E PSICOLOGO.
- 8.2 O CREDENCIADO prestará os serviços a Secretaria Municipal de Educação;
- 8.3 O Município de Canavieira, Estado do Piauí, reserva-se ao direito de fiscalizar de forma permanente, a prestação dos Serviços, podendo o prestador ser descredenciado, em caso de má qualidade, impuntualidade ou comprovação de irregularidades na prestação dos serviços, com garantia do contraditório e da ampla defesa;
- 8.4 Os valores dos serviços serão pagos conforme Preço de Referência para Credenciamento (Anexo I), nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvem o serviço.
- 8.5 Apresentar mensalmente nota fiscal dos serviços prestados junto ao Município de Canavieira-PI, à Secretaria de Finanças, devidamente aceita e atestada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação.

9. DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1 Os prestadores selecionados serão chamados para assinatura do contrato, cuja minuta segue no Anexo deste Edital, conforme necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Educação.
- 9.2 No momento da assinatura do contrato, caso não haja aceitação do prestador selecionado, deverá ser assinado Termo de Desistência.
- 9.3 A assinatura do contrato e a distribuição de consultas ficarão a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, obedecendo à ordem cronológica de escala.
- 9.4 São de inteira responsabilidade dos prestadores contratados as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do Contrato.
- 9.5 A FORMA DE PAGAMENTO será mensal, mediante processamento da produção apresentada e aprovada, nos meios informatizados da Secretaria Municipal de Educação, com limite na programação orçamentária que será definida por meio de contrato, para cada Licitante contratado.
- 9.6 O pagamento será efetuado mensalmente, após 05 dias da data da apresentação da nota fiscal, na conta corrente informada, agência e Banco, mediante nota de prestação de serviço que deverá ser protocolada na Prefeitura Municipal de Canavieira, tendo em conta o número de consultas efetivamente realizadas, sendo o valor a ser pago de acordo com o projeto básico.
- 9.7 Juntamente com a solicitação de pagamento, solicitação de Nota Fiscal e a declaração de recibo, o Credenciado, deverá apresentar Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, Declaração de serviços prestados, Cópia documento de identificação (RG, CPF ou CNH) e Cópia do termo contratual.
- 9.8 O processamento dos serviços prestados será realizado por meio do Sistema de Informações, portanto a instituição interessada deverá ter conhecimento do sistema que possa vir a ser adotado pelo Município.
- 9.9 Após a assinatura do Contrato, a contratada não poderá se furtar de prestar os serviços, conforme os valores estabelecidos no anexo I deste edital, ficando esclarecido que a desistência posterior acarretará as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

10. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1 O prazo de vigência do Termo de Credenciamento para a execução dos serviços, objeto deste edital, será de 12 meses, podendo ser prorrogado, obedecendo a legislação vigente, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto no art. 57 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com autorização previa da autoridade competente

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 11.1 Para execução do objeto desta contratação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Projeto Atividade: 2001; Natureza da Despesa: 3.3.90.36 Outros serviços de terceiros - PF. Fonte de Recursos 041.123.0041.2012.0000

12. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E "DA RATIFICAÇÃO"

- 12.1 A comissão de Licitação submeterá à Secretária Municipal de Educação o presente processo para Homologação e Adjucação do Termo de Credenciamento, seguida da devida ratificação.
- 12.2 A Prefeitura Municipal poderá, por despacho motivado e publicado, revogar ou anular o processo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e seus modificadores, bem como, adia-la.

13. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 13.1 O Credenciamento será formalizado mediante Termo próprio, contendo as cláusulas e condições previstas neste edital.
- 13.2 O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder o descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;
- 13.3 Considerando a natureza de contrato administrativo a contratação decorrente desse credenciamento não configura relação de trabalho ou empregatícia, sendo remunerado os serviços de acordo com os plantões realizados pelo profissional contratado.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canavieira-PI e protocoladas no Setor destinado a este fim, localizado na Rua São Pedro, S/N, Centro, no município de Canavieira - PI - Destinado ao Departamento de Licitações e Contratos ou pelo e-mail: licitawebcana@gmail.com.
- 14.2 Os casos omissos deste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidos pela comissão de análise dos documentos ou se necessário, pela Assessoria Jurídica do Município.
- 14.3 Impugnações ao presente ato convocatório deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitação deste Município e protocoladas no Setor destinado a este fim, localizado na Rua São Pedro, S/N, Centro, no município de Canavieira - PI - Destinado ao Departamento de Licitações e Contratos ou pelo e-mail: licitawebcana@gmail.com.
- 14.4 Respeitada a natureza do contrato temporário, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.
- 14.5 Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento poderão ser interpostos no prazo de 03 (três) dias úteis contados do dia subsequente à intimação dos atos. A petição será dirigida à Comissão Especial de Licitação deste Município.
- 14.6 O Município, através da Comissão de Licitações, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a instrução do processo relativo a este Credenciamento.
- 14.7 O Foro competente para fins de discussão do Edital e Termo de Credenciamento decorrente é o da Comarca de Jerumenha, estado do Piauí.
- 14.8 Este Edital entra em vigor na data de sua divulgação, através do Diário Oficial dos Municípios do Piauí, no mural do Centro Administrativo Municipal e no Sítio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Canavieira (PI), 07 de fevereiro de 2023.

Eva Amorim Ribeiro
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Visto:

Luisa Maria de Albuquerque Rocha Fonseca
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRA-PI
CNPJ: 41.522.319/0001-64



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

I - DO OBJETO

1. Este procedimento tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS INTERESSADAS EM PRESTAREM SERVIÇOS ASSISTENTE SOCIAL E PSICOLOGO**, para Secretaria Municipal de Educação, nos termos e condições estabelecidas no edital.

II - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VALORES A SER PAGOS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

1. O valor a ser pago pelos serviços prestados será conforme definido na Planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VALOR DA REMUNERAÇÃO
01	PSICOLOGO	01	30 HORAS SEMANAIS	R\$ 2.200,00
02	ASSISTENTE SOCIAL	01	30 HORAS SEMANAIS	R\$ 2.200,00

Canavieira (PI), 07 de fevereiro de 2023.

Termo Elaborado por:

Eva Amorim Ribeiro
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Visto:

Luisa Maria de Albuquerque Rocha Fonseca
Secretária Municipal de Educação

(Continua na próxima página)


 ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVEIEIRA-PI
 CNPJ: 41.522.319/0001-64


ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Nome _____

CRM: _____

RG: _____ CPF: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Filiação: _____

Pai: _____

Mãe: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Telefones: Residencial (____) _____ Comercial (____) _____ Cel. (____) _____

E-mail: _____


 ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVEIEIRA-PI
 CNPJ: 41.522.319/0001-64


ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO/CONCORDÂNCIA COMEDITAL.

Declaro para todos os fins de direito, concordar com as condições do edital de credenciamento no tocante à forma de atendimento, instalações e Valor de Referência, comprometo a fornecer as informações ou documentos solicitados referentes aos serviços realizados. Estando ciente de que a qualquer momento poderá ser cancelado o credenciamento, tendo também conhecimento que nos é vedado cobrar quaisquer honorários dos beneficiários objeto desse edital.

_____ de _____ de 2023.

Nome: _____

CPF: _____


 ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVEIEIRA-PI
 CNPJ: 41.522.319/0001-64


ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

DECLARO DISPONIBILIDADE DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE

 Nome:
 CPF:

 ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVEIEIRA-PI
 CNPJ: 41.522.319/0001-64


ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

(Poderá ser modificado para melhor adequação ao interesse público)

CONTRATO XXXX/2023

 CHAMADA PÚBLICA DE Nº 0 ____/2023
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0 ____/2023.

 CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
 DE CANAVEIEIRA-PI E XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE CANAVEIEIRA-PI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São Pedro, s/n, inscrito no CNPJ sob nº. 41.522.319/0001-64, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Sr. JOAN DE ALBUQUERQUE ROCHA, domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº 144.591 SSP - PI, CPF nº 066.320.843-20, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em seqüência, designado simplesmente CREDENCIANTE, e a Pessoa Física XXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF XXXXXX, residente na Rua XXXXXX, na cidade de XXX, Estado de XXXX, denominada CREDENCIADO (A), em conformidade com o processo de Credenciamento Público de nº XXXXX, Processo Administrativo XXXXXXXXXXXXX, observadas as disposições contidas no Art. 25 da Lei nº 8.666/93, observando-se em todos os casos o cumprimento dos requisitos prévios estabelecidos nesse chamamento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto do Contrato

1.1. O presente termo tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS INTERESSADAS EM PRESTAREM SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para Secretaria Municipal de Educação de Canaveieira - PI.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA NATUREZA JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. O contrato administrativo de prestação de serviços, celebrados diretamente com pessoas físicas, por inexigibilidade de licitação, nos quais se observam a temporariedade do vínculo obrigacional, segundo a duração prevista no contrato, e a autonomia do prestador dos serviços em face do contratante, decorrente de credenciamento configura contrato administrativo ordinário e recebe a disciplina da Lei nº 8.666/93, não configurando qualquer relação trabalhista ou estatutária.

2. Como contrato administrativo de prestação de serviços, o contrato regular decorrente de credenciamento, celebrado e executado conforme a Lei nº 8.666/93, prescinde da existência de cargo ou emprego, não

caracteriza relação de emprego com o contratante, não se confunde com a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no art. 37, IX, da Constituição Federal, tampouco configura uma violação à regra do concurso público.

3. Com efeito, em sede de contratos decorrentes de credenciamento firmados com profissionais autônomos, pessoas físicas, celebrados e executados conforme a Lei nº 8.666/93, não há que se falar em pagamento de verbas trabalhistas ou quaisquer verbas alheias àquelas previstas como remuneração nos contratos.

4. A própria Lei Federal nº 8.036/90 exclui os prestadores autônomos do conceito de trabalhador, o que desobriga, nesses casos, a Administração Pública, empregador, nos termos da citada lei, de efetuar os depósitos no FGTS relativos ao contratado.

5. É importante ressaltar que os direitos sociais previstos no art. 7º da CF não se estendem a contratos de prestação de serviços mediante credenciamento, mas apenas a empregados públicos, aos ocupantes de cargos públicos, de modo expresso no art. 39, § 3º, da CF, e aos servidores temporários contratados com amparo no art. 37, IX, da CF, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF.

1. CLÁUSULA TERCEIRA – Do Valor do Contrato e do Pagamento

3.1. O credenciado contratado obriga-se a prestar os serviços de (...), objeto deste edital de credenciamento, pelo valor de R\$ (...) por XXXXXXXXXXXXX, nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvam o serviço, sendo o valor global do contrato R\$ (...).

3.2. A FORMA DE PAGAMENTO será mediante processamento da produção mensal apresentada e aprovada, pelo fiscal do contrato da Secretaria Municipal de Educação.

3.2.1 O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias da data da apresentação da nota fiscal, na conta corrente informada, agência e Banco, mediante nota de prestação de serviço, que deverá ser protocolada no Setor de Protocolo da administração municipal de Canaveieira, sempre levando em conta o número de plantões efetivamente realizados, sendo o valor a ser pago de acordo com o valor previsto no termo de referência.

3.3. Juntamente com a solicitação de pagamento e a Nota Fiscal, o Credenciado deverá apresentar o Certificado de regularidade junto a receita municipal, federal e FGTS.

3.4 Nos termos do Art. 120 da Instrução Normativa 971/2009, a contratante fica dispensada de efetuar a retenção de valores destinados a contribuição previdenciária, e a contratada, de registrar o destaque da retenção na nota fiscal, na fatura ou no recibo, posto que a contratação envolve serviços profissionais relativos ao exercício de profissão regulamentada por legislação federal, a ser prestados pessoalmente, sem o concurso de empregados.

3.5 Todos os encargos, impostos e demais tributos serão de responsabilidade do Credenciado.

CLÁUSULA QUARTA – Recursos Orçamentários

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRA-PI
CNPJ: 41.522.319/0001-64



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRA-PI
CNPJ: 41.522.319/0001-64



4.1. Para execução do objeto desta contratação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Projeto Atividade: ____; Natureza da Despesa: 3.3.90.36, Outros serviços de terceiros – PF. Fonte de Recursos 041.123.0041.2012.0000.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações da CREDENCIANTE

A CREDENCIANTE deverá:

- a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO de acordo com o estabelecido neste contrato;
- b) Fornecer ao CREDENCIADO todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados;
- c) Nenhuma outra remuneração será devida ao Contratado, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento, pois, fica convencionado que não há relação de emprego entre o Contratante e o Contratado, estando este Contrato disciplinado pelos artigos 593 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA SEXTA – Obrigações do CREDENCIADO

- 6.1. Prestar os serviços contratados em local designado e de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação do Município de Canavieira - PI.
- 6.2. Iniciar a prestação dos imediatamente após a homologação do credenciamento e ratificação do processo e assim que forem sendo requisitados.
- 6.3. Manter-se habilitado junto aos órgãos de fiscalização da sua categoria.
- 6.4. Comunicar à CREDENCIANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.
- 6.5. Responsabilizar-se por todos os danos causados à CREDENCIANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando repará-las e corrigi-las às suas expensas.

CLÁUSULA SÉTIMA – Vigência do contrato

7.1. O presente Termo de Credenciamento terá vigência de até 12 meses, podendo ser prorrogado conforme interesse da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – Rescisão Contratual

- 8.1. O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido a critério da contratante, sem que ao credenciado caiba qualquer indenização, ou, reclamação.
- 8.2. A inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal 8.666/93.
- 8.3. O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido se, por algum motivo, o credenciado deixar de possuir as condições de habilitação exigidas no Edital de Credenciamento.
- 8.4. A rescisão deste Termo de Credenciamento poderá ocorrer nas formas previstas no Artigo 79 da Lei Federal 8.666/93.
- 8.5. Poderá ser solicitada rescisão de Termo de Credenciamento por parte do credenciado, com uma antecedência mínima de 07 (sete) dias, condicionada à análise do contratante quanto à possibilidade da rescisão antes do término de vigência do presente Termo.

CLÁUSULA NONA – Penalidades e sanções

9.1- Penalidades

9.1.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do credenciado, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor deste contrato, para cada notificação formalizada a este, independente da

possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

9.1.2. A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

9.1.3. O credenciado ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

9.2- Sanções

9.2.1. Verificada uma das hipóteses previstas nos sub-ítem anteriores, a Prefeitura Municipal poderá optar pela convocação dos demais credenciados, se houver.

9.2.2. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa do credenciado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Credenciamento juntamente com as seguintes sanções.

a) Advertência.

b) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

9.2.3. As sanções previstas na alínea "C", do sub-ítem 9.2.2, são de competência exclusiva do Prefeito Municipal de Canavieira - PI, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – Condições Gerais

10.1. Fazem parte deste instrumento o disposto no Edital de Credenciamento e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.

10.2. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Termo de Credenciamento, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

10.3. O credenciado se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Oitava.

10.4. O presente Termo de Credenciamento é regido pela Lei Federal 8.666/93 e alterações.

10.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Jerumenha, estado do Piauí, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Credenciamento.

E, por assim estarem de acordo e ajustados, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas para a produção dos desejados efeitos jurídicos.

Canavieira, ____ de ____ 2023

CONTRATANTE

CREDENCIADO

TESTEMUNHAS:

1º) _____ RG/CPF _____

2º) _____ RG/CPF _____

ANEXO VI

MODELO DE CURRÍCULO

1. DADOS PESSOAIS

- 1.1 Nome completo: _____
- 1.2 Filiação: _____
- 1.3 Nacionalidade: _____
- 1.4 Naturalidade: _____
- 1.5 Data de Nascimento: _____
- 1.6 Estado Civil: _____

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 2.1 Carteira de Identidade e órgão expedidor: _____
- 2.2 Cadastro de Pessoa Física – CPF: _____
- 2.3 Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____
- 2.4 Número do certificado de reservista: _____
- 2.5 Endereço Residencial: _____
- 2.6 Endereço Eletrônico: _____
- 2.7 Telefone residencial e celular: _____
- 2.8 Outro endereço e telefone para contato ou recado: _____

3. ESCOLARIDADE

3.1 GRADUAÇÃO

- Curso: _____ I
- Instituição de Ensino: _____
- Ano de conclusão: _____

3.2. PÓS-GRADUAÇÃO

- Curso: _____ I
- Instituição de Ensino: _____
- Ano de conclusão: _____

3.4. () MESTRADO () DOUTORADO

- Curso: _____
- Instituição de Ensino: _____
- Ano de conclusão: _____

3.5. OUTROS CURSOS E EVENTOS

- _____
- _____
- _____
- _____

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

- _____
- _____
- _____
- _____

Id:0047DFCEA6D01CE3

Id:07383B287A82216C


 PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCEU ARCOVERDE-PI
 AV. JOAQUIM AMÂNCIO RIBEIRO, S/N. CENTRO
 DIRCEU ARCOVERDE-PI
 CNPJ 07.102.106/0001-45

 PREFEITURA MUNICIPAL DE JERUMENHA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 AVENIDA TANCREDO NEVES, 334- CENTRO
 CEP: 64830-000 JERUMENHA - PI
 CNPJ: 17.548.784/0001 - 90


DECRETO Nº 005/2023, Dirceu Arcoverde – PI, 07 de Fevereiro de 2023.

"DISPOE SOBRE A SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADO EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DEVIDO A ESTIAGEM NA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE DIRCEU ARCOVERDE-PI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIRCEU ARCOVERDE – PI, no uso de suas Atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e especialmente com fulcro no Decreto Federal n. 7.257, de 04 de agosto de 2011 cumulado com Lei nº. 12.340/2010 e a resolução nº. 03 do Conselho Nacional Civil e,

Considerando os baixos índices pluviométricos ocorridos no período de Novembro de 2011 até a presente data;

Considerando a falta de água para consumo humano e animal, prejudicando Todo território do município;

Considerando, que aos poucos chuvas ocorridas nesse período, e mal distribuídas, não foram suficientes para garantir o ciclo produtivo agrícola;

Considerando, que devido à ausência de chuva nesta municipalidade impossibilitou as famílias de efetuar o plantio;

Considerando, que os açudes, e reservatórios encontram-se vazios, causando preocupações podendo se agravar ainda mais, caso persistam a estiagem;

Considerando a necessidade de abastecimento de água com carros pipas para o consumo humano e abertura de cacimbas através de máquinas em toda zona rural do municipal;

Considerando, finalmente a real precariedade financeira do município, em dispor de recursos para prestar assistência as famílias carentes e prejudicadas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado situação anormal por motivo de estiagem, caracterizada como situação de emergência, afetando todo o território do município, de Dirceu Arcoverde-PI.

Art. 2º - Requer a mobilização do sistema nacional de defesa civil, no âmbito do município sob a coordenação da defesa civil local.

REGINALDO DE OLIVEIRA
 GOMES:13435386886
 Assinado de forma digital por REGINALDO DE OLIVEIRA GOMES:13435386886
 Dados: 2023.02.07 11:12:53 -03'00'

Art. 3º - As despesas decorrentes de ações provenientes deste decreto decorrerão da Dotação Orçamentária de Reserva de Contingência.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Gabinete do Prefeito de Dirceu Arcoverde-PI, 07 de Fevereiro de 2023

REGINALDO DE OLIVEIRA
 GOMES:13435386886
 Assinado de forma digital por REGINALDO DE OLIVEIRA GOMES:13435386886
 Dados: 2023.02.07 11:13:16 -03'00'

Reginaldo de Oliveira Gomes
 Prefeito Municipal

EDITAL Nº003/2023 DE REALIZAÇÃO DE ESCOLHA DE DIRETOR ESCOLAR

A Secretaria Municipal de Educação de Jerumenha - PI, através das competências que lhe são conferidas, resolve, por meio do presente instrumento, estabelecer datas, normas e procedimentos acerca da realização da escolha dos diretores das escolas da Rede Municipal de Ensino de Jerumenha, nos termos da Lei nº 255/2022, conforme as disposições que seguem *in verbis*:

Art. 1º Os cargos em comissão de diretor de escola são de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, prestigiando-se os critérios técnicos de mérito e desempenho estabelecidos na Lei nº 255/2022.

Art. 2º Os interessados em participar do processo de indicação ao cargo em comissão diretor de escola deverão promover inscrição perante Comissão Organizadora constituída para este fim, observados prazos, forma e demais condições estabelecidas neste Edital.

Parágrafo único - Os candidatos ao processo de indicação poderão se inscrever para uma única escola municipal.

Art. 3º Poderá participar do processo de indicação o servidor que comprove cumulativamente os requisitos indicados no artigo 9º da Lei nº 255/2022.

Parágrafo único - Caso não tenha candidatos com especialização concluída em Gestão escolar será aceito pessoas que estejam cursando e pessoas com Licenciatura em Pedagogia.

- I - ser professor ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério;
- II - possuir habilitação em Curso Superior de Licenciatura Curta/Plena, na área de Educação, e ter concluído Especialização (*fato sensu*) em Gestão Escolar;
- III - ter disponibilidade de trabalho durante 08 (oito) horas diárias, de acordo com o horário de funcionamento da Unidade de Ensino;
- IV - ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais, comprovada por meio de Certidão Cível e Criminal (no âmbito estadual e federal), Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e regularidade no Serasa;
- V - apresentar proposta de trabalho dentro da realidade social do bairro ou localidade para o qual irá se inscrever;
- VI - não ter incorrido em penalidade administrativa, no exercício da função pública, em sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos últimos 02 (dois) anos; e
- VII - ter sido aprovado em processo seletivo;

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERUMENHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA TANCREDO NEVES, 334 - CENTRO
CEP: 64830-000 JERUMENHA - PI
CNPJ: 17.548.784/0001 - 90



VIII – tenha elaborado e apresentado previamente ao Conselho Municipal de Educação, para fins de homologação, o respectivo PGE – Plano de Gestão Escolar, o qual deverá contemplar o planejamento para as áreas administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Plano Político Pedagógico/Regimento Interno da escola que vai candidatar-se à vaga;

Art. 4º A avaliação de mérito e desempenho será composta por 03 (três) fases:

I – Apresentação de Títulos (05 pontos);

- a) Pós graduação na área (ou área afim) pretendida – 1 ponto;
- b) Mestrado na área (ou área afim) pretendida – 2 pontos;
- c) Doutorado na área (ou área afim) pretendida - 2 pontos;

II – Apresentação de Plano de Gestão Escolar (valor 02 pontos), com análise dos seguintes critérios:

- a) Rendimento escolar;
- b) Definição de metas observando o Plano Político Pedagógico e Regimento Interno da escola (As metas estabelecidas no planejamento escolar precisam ser específicas, mensuráveis e alcançáveis);
- c) Clareza nos objetivos;
- d) Dados da escola;
- e) Gestão financeira da escola;
- f) Relação Escola & Comunidade Escolar

III – Entrevista (10 pontos) , sendo que o Plano de Gestão Escolar valerá 2 (dois) pontos e os demais critérios 01(um) ponto cada.

IV - Na entrevista serão considerados e pontuados os seguintes critérios de mérito e desempenho:

- a) PGE – Plano de Gestão Escolar;
- b) Capacidade de liderança;
- c) Habilidade em trabalhar em equipe;
- d) Relacionamento satisfatório com professores, pessoal técnico, administrativo, alunos e pais;
- e) Capacidade de organização de rotinas e de solução de conflitos;
- f) Foco no sucesso e na aprendizagem dos alunos;
- g) Capacidade de gerenciar nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;

- h) Conhecer e aplicar corretamente as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- i) Não ter contas de gestão escolar desaprovadas ou pendentes ou reprogramadas a mais de 3 (três) anos, junto aos programas e projetos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Secretaria Municipal de Educação (SME);

Art. 5º Na hipótese da inexistência de candidato em escola municipal para concorrer ao processo de indicação, caberá ao Prefeito Municipal realizar a escolha dos servidores para o cargo em comissão de diretor de escola observado, em qualquer caso, os dispostos nos artigos 9º, 10, § único e 13, § único, da Lei nº 255/2022.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO SELETIVO PARA DIRETOR ESCOLAR

Art. 6º O Diretor Escolar de cada Unidade de Ensino Pública Municipal, independentemente do número de alunos matriculados, será de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, e aprovação em processo seletivo, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação, a cada 04 (quatro) anos.

Parágrafo único - Em caso de exoneração ou vacância do cargo de Diretor antes do período para nova seleção, poderá o Chefe do Poder Executivo nomear substituto para o período remanescente considerando o artigo 9º da Lei nº 255/2022 e a apresentação do Plano de Gestão.

Art. 7º O processo de seleção dos candidatos a diretores das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Jerumenha - PI tem por objetivo a aferição da competência técnico-pedagógica dos candidatos e contará com a participação da comunidade escolar, representada pela APP e Conselho Escolar.

Art. 8º Entre os candidatos aprovados pela banca, o Chefe do Executivo poderá nomear o profissional para a função de Diretor Escolar, que assumirá na data estipulada pela Administração Municipal e Secretaria Municipal de Educação, considerando o calendário letivo em vigência.

Art. 9º Caso a Unidade de Ensino possua mais de 03 (três) candidatos aprovados no processo seletivo, o Chefe do Poder Executivo escolherá o profissional a ser nomeado entre os candidatos que ocuparem as três primeiras colocações.

Parágrafo único - Na ausência de candidatos, o Chefe do Poder Executivo indicará o profissional para exercer a função de Diretor Escolar, por meio de análise de currículo considerando o previsto na Lei nº 255/2022 e a apresentação do Plano de Gestão.

Art. 10 As inscrições ocorrerão no período de 06 à 09 de Fevereiro de 2023, das 8 h até as 13h, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 No ato da inscrição o candidato deve apresentar os documentos (xerox e original) de identidade, RG, CPF, comprovante de endereço, atestado de antecedentes criminais (atualizada), diploma de graduação, diploma de especialização em gestão escolar ou declaração de cursando.

Art. 12 O resultado preliminar das inscrições será divulgado no dia 14 de
(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERUMENHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA TANCREDO NEVES, 334- CENTRO
CEP: 64830-000 JERUMENHA - PI
CNPJ: 17.548.784/0001 - 90



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERUMENHA PIAUÍ
Praça Santo Antônio, 470, Centro, Jerumenha-PI - CEP: 64.830-000
CNPJ nº 06.554.109/0001-57



Fevereiro de 2023, ficando um dia para interpor recurso, se necessário, e logo após publicação final da inscrição no dia 17 de Fevereiro de 2023.

Art. 13 A Entrevista será no dia 23 de Fevereiro de 2023, na Secretaria Municipal de Educação de Jerumenha - PI, de 8h às 13h.

Art. 14 O resultado será divulgado no dia 27 de Fevereiro de 2023, tendo um dia para recurso.

Art. 15 O resultado final será divulgado no dia 03 de Março de 2023.

Art. 16 A posse dos diretores será no dia 07 de Março de 2023, com mandato de 04 (quatro) anos.

Id:125266EB66D21EF5

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2023

Contrato que entre si fazem a PREFEITURA MUNICIPAL DE JERUMENHA-PI, denominada Contratante e a Empresa HOCA CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA (HOCA CONSULTORIA TRIBUTÁRIA & AMBIENTAL), CNPJ Nº 32.968.875/0001-78, denominada Contratada, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de consultoria técnica especializada e multidisciplinar na área tributária, ambiental e urbanística, com o escopo nos seguintes serviços: Habilitação e certificação no selo ecológico 2022, incrementando receita de transferência do ICMS, subsidiar as instâncias administrativas na instrução dos processos certificação; assessorar os gestores das pastas envolvidas (meio ambiente, educação, saúde e obras, por exemplo).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão por conta de fontes oriundas do Orçamento Geral do Município de Jerumenha -PI, conforme a seguir:

Secretaria Municipal de Administração
Projeto/Atividade: 04.122.1014.2024.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39

DO VALOR: R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) anual, sendo R\$ 13.000,00 (treze mil reais) mensal.

Jerumenha-PI, 01 de fevereiro de 2023.

THYAGO LUIZ DOS SANTOS SOUSA
Presidente da CPL

Id:0F8BDBFAABBE1EFF



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERUMENHA PIAUÍ
Praça Santo Antônio, 470, Centro, Jerumenha-PI - CEP: 64.830-000
CNPJ nº 06.554.109/0001-57



EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº:	012/2023
Procedimento:	Inexigibilidade de Licitação nº 003/2023 Processo Administrativo nº 009/2023
Vigência:	01/02/2023 à 31/12/2023
Objeto:	Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de consultoria técnica especializada e multidisciplinar na área tributária, ambiental e urbanística, com o escopo nos seguintes serviços: Habilitação e certificação no selo ecológico 2022, incrementando receita de transferência do ICMS, subsidiar as instâncias administrativas na instrução dos processos certificação; assessorar os gestores das pastas envolvidas (meio ambiente, educação, saúde e obras, por exemplo).
Valor R\$:	R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) anual, sendo R\$ 13.000,00 (treze mil reais) mensal.
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERUMENHA-PI
Contratada:	HOCA CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA (HOCA CONSULTORIA TRIBUTÁRIA & AMBIENTAL), CNPJ Nº 32.968.875/0001-78.

CRONOGRAMA

PERÍODO/DATA (2023)	ETAPA
08/02/23	Publicação do Edital
07/02 à 10/02/2023	Encaminhar para Comissão Municipal de Gestão Escolar a inscrição com a documentação exigida
13/02/2023	Análise, validação ou indeferimento da inscrição, em observância aos requisitos exigidos nesse edital
14/02/2023	Publicação das inscrições homologadas no portal do município.
Até 17/02/2023	Interposição de recursos das inscrições pelo proponente.
Até 19/02/2023	Análise dos recursos interpostos, pela Comissão Municipal de Gestão
23/02/2023	Publicação final da inscrição
27/02/2023	Realização da entrevista
01/03/2023	Divulgação do resultado preliminar
03/03/2023	Interposição de recursos das inscrições pelo proponente
04/03/2023	Resultado Final
06/03/2023	Posse dos diretores

Jerumenha - PI, 06 de Fevereiro de 2023.

Assinado

Secretária Municipal de Educação

www.diariooficialdosmunicipios.org
A divulgação virtual dos atos municipais